



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
TRIGAL DE SANTA MARIA

Projeto Educativo

“Sei demasiado (...) quanto são falíveis ainda os juízos mais prudentes e, se não receio o erro, é só porque estou sempre pronto a corrigi-lo.”

Bento de Jesus Caraça, *A Cultura Integral do Indivíduo – Problema Central do Nosso Tempo* (Conferência), 1933



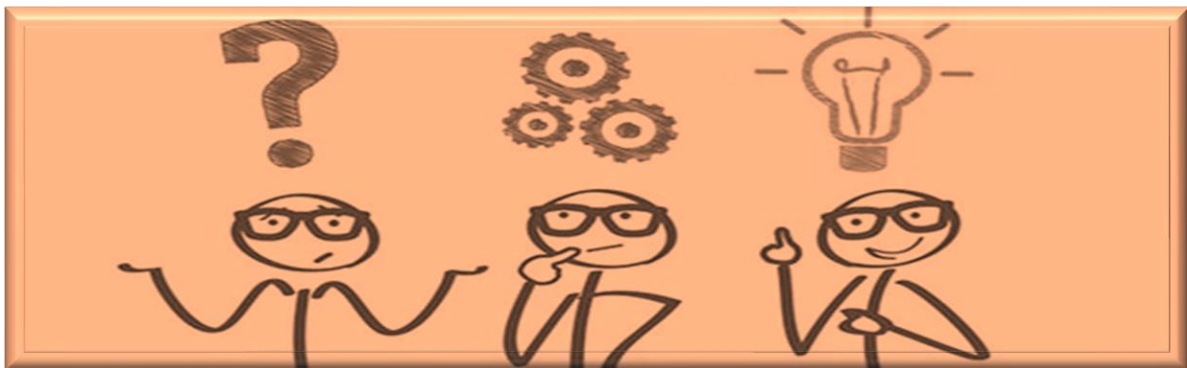
Aprovado na reunião do Conselho Geral de 12 de dezembro de 2019

Em reunião de 21 de julho de 2022, do Conselho Geral, foi prorrogada a validade do Projeto Educativo até ao término do ano escolar de 2024-2025 e, em reunião de 28 de julho de 2025, foi prorrogada a mesma, até à aprovação do novo Projeto Educativo.

Projeto Educativo

"A passagem de turno entre gerações implicou sempre inevitáveis transformações. O ser humano é "homo viator", isto é, alguém que faz do caminho (...) o lugar para a construção de si. (...). Os jovens têm de fazer o seu próprio caminho. Mas este faz-se colocando o coração no grande horizonte e não apenas no pequeno espelho ou no pequeno ecrã do telemóvel."

José Tolentino Mendonça, *Que coisas são as nuvens* in: Expresso, março 2019



...Pensar para Melhorar

Depois da ovelha alimentada e da lã tosquiada, os mais de nós desejamos destinos para a lã e todos queremos camisolas sem defeitos e sem borboto.

E até queremos que seja *burel* ou *lambswool*.

Para isso, é preciso ir com o rebanho para o pasto, subir e descer montes, conhecer as espécies, escorregar, cair e... erguer... uma vez atrás de outra.

É claro que se seguem trilhos e caminhos já abertos, pisados.

Falta experimentá-los. É a proposta!

É o desafio, porque *cogito ergo sum*, como pensava Descartes.

(JM, 2019)

Índice	
Texto Programático	4
Realidade Organizacional	6
Enquadramento Legislativo	6
Caracterização da Unidade Orgânica	6
Análise SWOT	9
Pensar o AETSM	11
Missão, Visão, Valores, Princípios	11
Plano Estratégico (Eixos Estratégicos)	12
Áreas de competência a desenvolver	13
EE 1 – Cidadania	13
EE 2 – Ensino e Aprendizagem	14
EE 3 – Inclusão	15
EE 4 – Identidade	15
Implementação do Projeto Educativo do Agrupamento	16
Autonomia e Flexibilidade Curricular	16
Processos de Implementação	18
Plano de Comunicação – Apresentação e Divulgação	19
Avaliação	20
Bibliografia	21

Texto Programático

*É quando se faz, que nos confrontamos com a essência, com o âmago, de um Projeto.
É quando se faz, que verificamos as certezas, ou não, das opções tomadas.
Mas há um fator predominante, a beleza de mudar as pessoas, uma de cada vez,
criando locais onde elas se encontram e onde se cria solidariedade.
É uma forma de mudar o mundo... e toda a gente pode fazer isso.
E muito mais para todos nós!
(JMV, 2019)*

Um novo Projeto Educativo do Agrupamento (**PEA**) não é, não pode ser, um ato de rutura. Tem raízes que, se cortadas, inviabilizam o crescimento. Mas, também, não tem que ser obrigatória e exclusivamente de continuidade.

Este **PEA** pretende responder às necessidades de si próprio, à realidade que reflete e serve, bem como às perspetivas nacionais que se perfilam nos vários normativos. Estes, talvez mais que nunca, têm vertentes filosóficas humanistas que devem enformar o desenrolar do processo até agora designado por ensino-aprendizagem, que continuaremos, contudo, a utilizar para bem de uma singeleza comunicativa.

Hoje, a dicotomia complementada já não satisfaz. Hoje, sobrepondo-se aos conteúdos programáticos, temos as aprendizagens essenciais, muito generalistas, mas centradas nos alunos, nas suas individualidades.

Num Projeto Educativo há várias dimensões, e quatro conceitos são importantes, se não fundamentais: confiança e partilha, diversidade e liderança.

Confiança no Projeto, partilha de estratégias e de *modus operandi*, diversidade nas abordagens e nas análises, liderança na clareza e clareza na liderança.

Somos a nossa memória [...], a memória determina o que sentimos, o que sabemos, o que imaginamos, o que intuimos. [...] Sem acesso à memória não poderemos saber dos valores morais que nos guiam, dos amores e dos medos, das ambições, dos erros e fracassos, tornamo-nos tão imprevisíveis e misteriosos como qualquer recém-nascido, mas [...] o recém-nascido é um desmemoriado programado para criar memória, para se tornar um adulto autónomo e independente.

Dulce Maria Cardoso, in: *Eliete – A Vida Normal*

Um Projeto Educativo deve ser enformado pela memória, que fornece a base primária do conhecimento; pela perceção do presente, o apreendido pela experiência quotidiana e sensorial; pela esperança, a consciência de um amanhã.

A ideia de um futuro é sempre determinante, ainda que possa ser não confiável. Não podemos viver sem a dimensão da esperança, a que os antigos gregos chamavam *Élpis* – deusa, espírito, personificação da Esperança, sendo este o único item remanescente da Caixa de Pandora –, a consciência de que havia um além, um amanhã, mas ele não será nem estável, nem fácil. A esperança, em educação, não pode ser uma abstração idealizada, antes um dinamismo obrigatório concreto – o labor, o fazer. E devemos fazer dela, a educação, um elogio, refletindo sobre o seu significado profundo e de como ela escreve a nossa história coletiva, que não pode ceder à anestesia, ao medo e ao imobilismo.

Precisamos de uma educação para a esperança.

As competências essenciais são o desafio da atualidade e são os fios que vão urdindo conhecimentos, capacidades e atitudes até que se construa uma manta que “cubra os alunos” à saída da escolaridade obrigatória.

Será neste ponto que as escolas devem analisar cuidadosamente os preceitos legais e os documentos orientadores, nomeadamente o esquema concetual do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

Depois, devem, consensual e realisticamente, selecionar princípios, áreas de competências e valores que se assumam como primaciais – eixos de missão, visão, valores e princípios.

O espírito da comunidade alimenta-se da *idiorritmia*, isto é, do ritmo de cada um, de ritmos pessoais e singulares e, quantas vezes, invisíveis.

Há dimensões de exigência da Escola para com as famílias a que estas não conseguem responder. E os porquê são diversos: o temporal, o económico, o epistemológico, o valor relativo da vida e do que dela se pretende.

É nesta dicotomia que se deve trabalhar. Mas há um ponto prévio: o (re)conhecimento das (ir)realidades.

Depois vem a fase seguinte, a da autoaprendizagem, a de maior liberdade e a de maior responsabilidade. Esta, em que o aluno é pessoa, por si responsável, autónomo, senhor de si. Cada um à sua maneira, quando cada um vai à procura do que quer saber, dos segredos do saber, que estão já ali, ao alcance.

Quando se descobrem - e é quando se descobrem - que estaremos já a formar cidadãos, bem mais que alunos.

“(…) O processo de globalização não tem apenas implicações do ponto de vista económico e político (...) mas atua de uma forma condicionante sobre a subjetividade e a existência social de cada um de nós. (...) Somos enquadrados como produtores e consumidores e a esse ditame todas as outras dimensões se devem submeter – a interioridade – quantas vezes tão perto dos “centros” –, a vida emocional, as relações interpessoais, a família...”
(Elliott, Anthony e Lemert, Charles in: *O Novo individualismo: o custo emocional da globalização*).

A globalização está a operar transformações identitárias muito relevantes: o espaço da nossa liberdade diminui e o novo individualismo que emerge é muito dependente de redes de comunicação e de estilos de vida em que a solidão começa por ser a força dominante, ainda que se pense estar em contacto com todos, em todo o mundo, ou já aqui ao lado.

As estruturas tradicionais, como a família, a escola, a comunidade, o sistema de proteção social... estão a ser alvo de processos de erosão e são hoje muito vulneráveis.

Precisamos de repensar o que é o Homem e o Mundo porque, como descreve Pankaj Mishra, no seu ensaio *Tempo de Raiva: Uma História do Presente*, 2017, o nosso tempo é uma pandemia de ressentimento, reduzindo o Homem a *homo economicus*.

“Construamos aldeias nas malhas de um mundo globalizado”, desafia Pankaj Mishra.

Um professor disse: *substitua-se a “retalina” pela “educalina”*.

Façamo-lo neste AETSM, atuando, desafiando conceitos de “tempo de aula” versus “tempo de aprendizagem”, implementando formas/metodologias que façam do conceito de “tempo de aula” a prática comum de “tempo de ensino e de aprendizagem”.

*As escolas ainda irão existir, mas um bom professor não poderá fazer melhor do que inspirar a curiosidade
que um aluno interessado irá satisfazer em casa.*
Isaac Asimov, in: *Views of the Universe*, 1981

A legislação mais recente, nomeadamente os Decretos-Lei n.º 54/2018 e n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, apresenta-se e apresenta-nos como e com um objetivo muito geral, completamente abrangente: assegurar que todos os alunos aprendam, sem exceção, contextualizando e desenvolvendo as competências fundamentais: capacidade de pesquisa, definição de projetos, aplicação prática de conhecimentos, resolução de problemas, comunicação.

Reconhecemos que os domínios do comportamento social e a socialização em sala de aula são importantes para o desempenho académico dos alunos, no presente e no futuro; e por isso, devem ser trabalhadas, porque fundacionais, fundamentais e condicionantes.

1. Realidade Organizacional

1.1. Enquadramento legislativo

O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, no seu artigo 9.º, diz-nos que o Projeto Educativo de Agrupamento (**PEA**) é um instrumento de autonomia. Nele se explicitam e clarificam valores, metas e estratégias de um Agrupamento de Escolas.

O substrato da legislação em vigor apontava já para que o **PEA** fosse um dispositivo que configurasse mudança, singularidade organizativa, visão humanista e inclusiva da prática pedagógica.

Na legislação mais recente, apontando para o futuro, temos os já citados os Decretos-Lei n.ºs 54/2018 e 55/2018, de 6 de julho. Apresenta-se como referência no trabalho de planeamento, realização e avaliação do processo de ensino e de aprendizagem com as suas concretizações nas turmas e/ou nos anos de escolaridade, fazendo consagrar no Projeto Educativo os critérios de organização e de gestão pedagógica.

O novo **PEA** tenta dar sequência aos anteriores – “*Projeto Educativo, 2010-2014, Uma Escola no Rumo da Sociedade da Informação e do Conhecimento*” e “*Projeto Educativo, 2015-2018, Um Agrupamento com Identidade e Valores, Um Agrupamento de Valores com Identidade*” – integrando as novas conceções de abordagem aos currículos que, não se esgotando em conteúdos programáticos a ensinar e a aprender, abordam conceitos e dimensões facilitadores de uma gestão flexível e autónoma e, ainda, procedimentos de monitorização e avaliação.

1.2. Caracterização do Agrupamento de Escolas

O território e os estabelecimentos educativos

O Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria, localiza-se na área sul do concelho de Braga, num território abrangendo um total de 10 localidades que correspondem a 4 freguesias (Tadim, Ruilhe, Tebosa, Priscos) e 3 uniões de freguesias (União de freguesias de Vilaça e Fradelos, União de freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, União de freguesias de Arentim e Cunha).

Em resultado da fusão e extinção de estabelecimentos, o AETSM é constituído atualmente por dez estabelecimentos de educação e ensino: quatro da educação pré-escolar, quatro escolas básicas integradas com 1.º ciclo e pré-escolar, uma escola básica apenas com o 1.º ciclo e uma escola com 2.º e 3.º ciclos.

Nível de ensino	Estabelecimentos
Pré-escolar	Jardim-de-infância de Vilaça
	Jardim-de-infância de Priscos
	Jardim-de-infância de Cunha
	Jardim-de-infância de Vimieiro
Pré-escolar e 1.º Ciclo	Escola Básica de Aveleda
	Escola Básica de Estação, Tadim
	Escola Básica de Fradelos
	Escola Básica de Arentim
	Escola Básica de Tebosa
1.º Ciclo	Escola Básica de Ruilhe
2.º e 3.º Ciclos	Escola Básica de Trigal de Santa Maria

Os jardins-de-infância dispõem, com uma única exceção, de instalações construídas de raiz e relativamente recentes. Ao nível dos equipamentos e espaços escolares, o 1.º ciclo é o menos beneficiado. Apesar de quase todos os edifícios terem recebido obras de requalificação, observam-se várias deficiências ao nível da inexistência de espaços adequados para prática da atividade física e desportiva, falta de recreios cobertos, carência de equipamentos tecnológicos e de funcionamento da rede de internet.

A carecer de maiores obras está a Escola-Sede. Na escola sede, a inexistência de um pavilhão próprio para a prática da Educação Física é colmatada pelo aluguer das instalações do Pavilhão Gimnodesportivo de Tadim.

As famílias: contexto socioeconómico e escolaridade dos pais

O número de alunos apoiados pela Ação Social Escolar (ASE) confirmam que uma parte significativa de alunos é proveniente de famílias com baixos recursos económicos.

Alunos beneficiários da Ação Social Escolar – Ano letivo de 2019/2020

Nível de ensino	Escalão A	Escalão B	Total
1.º Ciclo	36	71	107 (31%)
2.º e 3.º Ciclos	82	84	166 (40%)
Total	118	155	273 (36%)

No que respeita às habilitações literárias dos familiares, prevalecem o 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário. Uma percentagem significativa tem habilitações ao nível do 2.º ciclo e inferior.

Habilitação académica	Escolarização das Mães	Escolarização dos Pais
Superior	14,06%	6,70%
Secundário	31,96%	20,64%
Básico (3º ciclo)	26,92%	28,95%
Básico (2º ciclo)	14,32%	21,98%
Básico (1º ciclo)	5,84%	7,37%
Desconhecida	6,90%	14,34%

Os alunos

No início do ano letivo 2019/2020 estavam matriculados 907 alunos, distribuídos do seguinte modo:

Nível de ensino	Nº de alunos	N.º de Turmas
Pré-escolar	144	10
1.º Ciclo	347	21
2.º Ciclo	150	8
3.º Ciclo	266	13
Total	907	52

Quarenta e sete alunos com necessidades educativas beneficiam de medidas seletivas e adicionais de suporte à aprendizagem e inclusão previstas no Decreto-Lei n.º54/2018. Desses, trinta e dois beneficiam de apoios técnicos (terapia da fala, psicologia, terapia ocupacional, plano individual de transição) no âmbito do Plano de Ação protocolado entre o AETSM e o Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) da APECDA.

Resultados escolares

- Ambiente escolar

O bom comportamento dos alunos é valorizado, numa relação de proximidade e respeito, na qual os docentes e não docentes estimulam os alunos a expressar as suas preocupações, opiniões e os seus interesses.

As famílias são envolvidas no acompanhamento das situações mais problemáticas, visando o desenvolvimento adequado da formação pessoal e social dos alunos.

- Resultados académicos

Taxas de aprovação

Nível de ensino	Ano Letivo 2018/2019		Valor de referência (Média do último triénio)	
	Taxa de sucesso	Taxa de sucesso perfeito	Taxa de sucesso	Taxa de sucesso perfeito
1.º Ciclo	98,9%	97,7%	98,6%	94,4%
2.º Ciclo	100%	87,0%	98,7%	84%
3.º Ciclo	99,3%	75,4%	97,4%	67,2%

Fonte: Relatórios de avaliação do sucesso académico
Projeto de Autoavaliação do Trigal

Taxas de sucesso nas provas finais de ciclo (9.º ano)

Disciplina	2016/2017		2017/2018		2018/2019	
	AETSM	Nacional	AETSM	Nacional	AETSM	Nacional
Português	81,6%	75,5%	88,2%	86,8%	59,5%	76,8%
Matemática	67,3%	56,6%	56,9%	48,0%	60,7%	60,1%

Fonte: Relatórios do Júri Nacional de Exames (JNE)

Média das classificações nas provas finais de 9.º ano (último triénio)

Disciplina	2016/2017		2017/2018		2018/2019	
	AETSM	Nacional	AETSM	Nacional	AETSM	Nacional
Português	58%	58%	64%	64%	51%	60%
Matemática	59%	53%	53%	45%	55%	55%

Fonte: Relatórios do Júri Nacional de Exames (JNE)

PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO*			
Ano Letivo	Alunos do Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria	Alunos do país que tinham um nível escolar semelhante à entrada no 3.º ciclo	Comparação com o país
2017/2018	55%	40%	+
2016/2017	48%	45%	±
2015/2016	59%	46%	+

Fonte: Portal InfoESCOLAS (MEC)

(*) Percentagem de alunos que obtêm positiva nas provas nacionais de 9.º ano após um percurso sem retenções no 7.º e 8.º anos

1.3. Análise SWOT

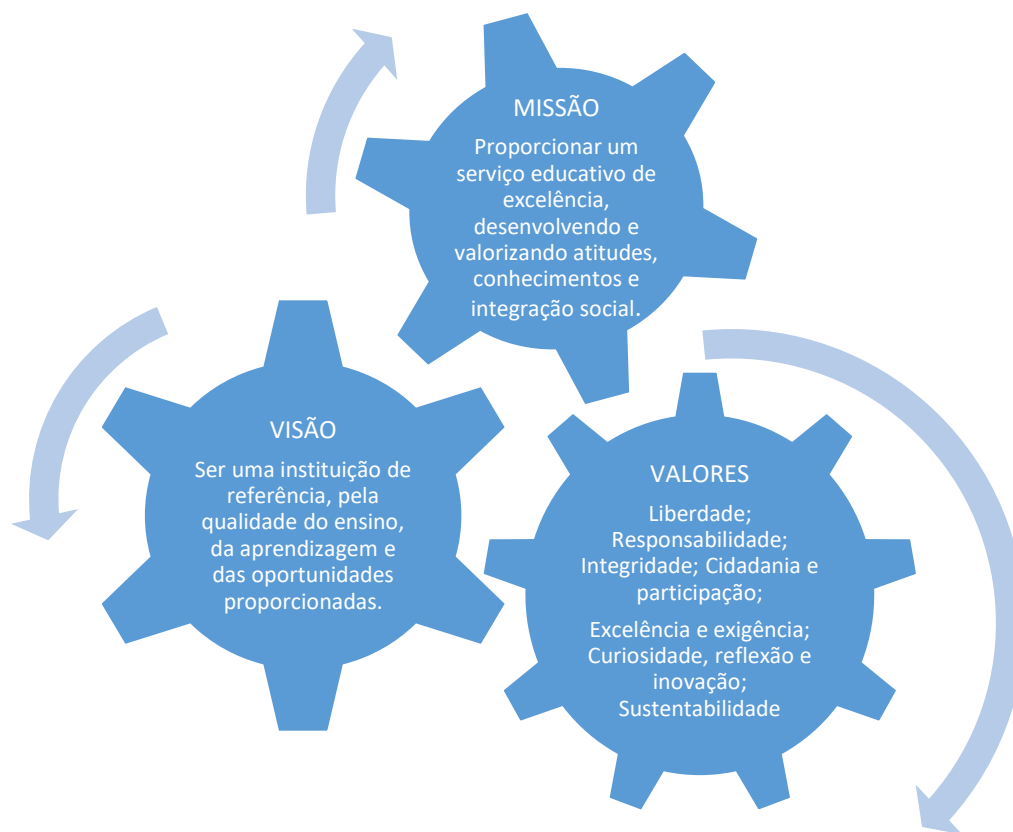
Esta é uma ferramenta que, sucintamente, nos permite fazer um diagnóstico estratégico do Agrupamento, no meio em que está implantado. E, assim, definir os objetivos futuros, face ao que, no momento, pensamos estar perante **Strengths** (pontos fortes), **Weaknesses** (pontos fracos), **Opportunities** (oportunidades) e **Threats** (ameaças).

Podemos olhar, também, esta análise como estratégia ou, pelo menos, como base dela. Mais importante que isto, é ver esta análise SWOT como um olhar não só para dentro, mas relacioná-lo com a envolvente. Seja a nível de legislação, da conjuntura social, cultural humana em que opera e mesmo na vertente económica.

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> Liderança de topo e dinamismo das lideranças intermédias Excelência do Clima de Agrupamento Qualidade do trabalho docente Qualidade do trabalho do pessoal não docente Bons resultados escolares Bom relacionamento entre discentes e docentes e trabalhadores não docentes Diversidade, qualidade e abrangência do Plano Anual de Atividades e Formação Diversidade e qualidade de projetos e oportunidades para discentes e docentes, com a adesão a projetos 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de recursos humanos (rácio de assistentes operacionais) Resistência à mudança Necessidades de uma melhor dinâmica intencional e generalizada de acompanhamento e supervisão da prática letiva em sala de aula Necessidade de uma melhor identificação dos fatores endógenos e exógenos que ajudem a explicar o insucesso/baixa qualidade do sucesso escolar ainda existente Empenho e envolvimento dos alunos nos processos de ensino e aprendizagem

<p>nacionais e internacionais, promotores de metodologias de sucesso</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho colaborativo e de partilha entre o corpo docente • Projeto com alunos sinalizados – <i>Flexibilização Curricular de Apoio à Inclusão (PFCAl)</i> • Sinalização e acompanhamento individualizado pela “Equipa de Educação Especial” • Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) • Contributo no desenvolvimento da comunidade local, com enfoque na formação parental • Segurança • Qualidade dos espaços exteriores e dos recreios • (...) 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades na articulação e divulgação de algumas atividades • Gestão da <i>Página do Agrupamento</i> • Necessidade de maior investimento na educação científica e tecnológica • Falta de equipamentos tecnológicos • Necessidade de maior diversidade de parcerias e protocolos • Articulação inter ciclos (ainda insuficiente) • Acompanhamento/responsabilização por parte de (alguns) pais e encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos • Carência de um psicólogo a tempo inteiro • (...)
<p>OPORTUNIDADES</p>	<p>AMEAÇAS</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Protocolos e parcerias existentes • Autonomia e flexibilidade curricular • A consolidação da identidade e da cultura do AETSM e o reforço da imagem social • Projetos (Clubes, Erasmus ...) internos, nacionais e internacionais • Envolvimento das Associações de Pais e Encarregados de Educação • Envolvimento da Associação de Estudantes • (...) 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de reconhecimento do valor geral da instituição escola/do valor do saber • Edifícios escolares antigos (escola sede) e pavilhão gimnodesportivo exterior ao espaço escolar • Restrições económicas • Crédito horário para a implementação de medidas educativas e desenvolvimento de oportunidades • Disfuncionalidade das famílias (número crescente) • Políticas educativas: condições de trabalho, desvalorização do desempenho profissional e descrédito da autoridade do Professor • (...)

2. Pensar o AETSM



Sendo o Agrupamento de Escolas Trigal de Santa Maria (**AETSM**) uma instituição pública de ensino, tem por **MISSÃO** cumprir os princípios gerais constantes da Lei de Bases do Sistema Educativo.

As instituições de ensino público devem responder a necessidades resultantes das reais condicionantes sociais. Devem promover princípios, proporcionar ferramentas e formar cidadãos críticos, criativos e empenhados.

O conceito de **MISSÃO** prevê e implica – e deve-o fazer – conceitos de VALOR, VISÃO racionalmente perspetivados.

Que **VISÃO**?

O esforço coletivo para consolidar o mérito académico da educação nas suas vertentes/dimensões humana, criativa e inovadora, social e global – consciente e consubstancial.

Uma comunidade de aprendizagens inclusivas e não discriminatórias, num modelo que se pretende com padrões de qualidade, promoção de uma cultura educativa ampla e adequada, respeito pelos valores humanísticos, democráticos, solidários. Uma comunidade permanentemente balizada por autoavaliações contínuas e consistentes.

Que **VALORES**?

Se queremos continuar a construir uma identidade própria, condição *sine qua non*, para o reconhecimento de valor de serviço público, gerando educação e promovendo práticas e culturas, ainda que diversas, unificadoras, teremos que continuar a adotar valores de **qualidade**, de **participação**, de **cidadania**, de

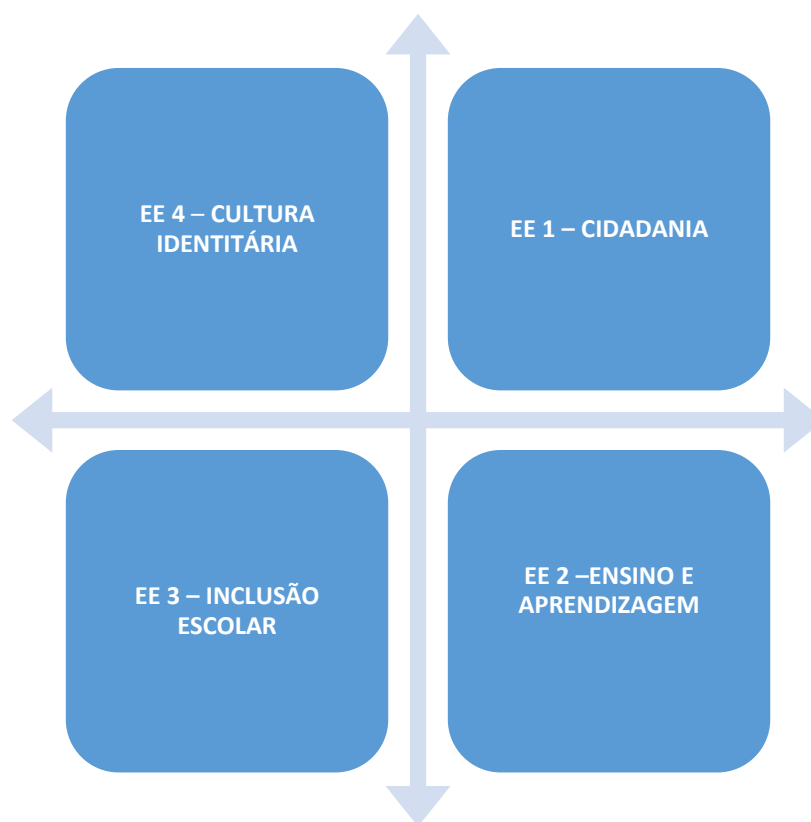
exigência, de **solidariedade**, de **sustentabilidade**, de **inovação**, de **flexibilidade** e de **liberdade**, sendo esta última a condição *sine qua non* de todas as precedentes, porque nela se refletem a autonomia, os direitos humanos, a democracia, a cidadania, a equidade, o respeito mútuo, a livre escolha e o bem comum.

Que **PRINCÍPIOS**?

*“[...] os que orientam, justificam e dão sentido ao **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória**: Base humanística, Aprendizagem, Saber, Inclusão, Coerência e Flexibilidade, Adaptabilidade e Ousadia, Sustentabilidade e Estabilidade”.*

Assim recomenda como referencial e matriz comum o Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho: *“O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, (...) afirma-se como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos (...) constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem.”*

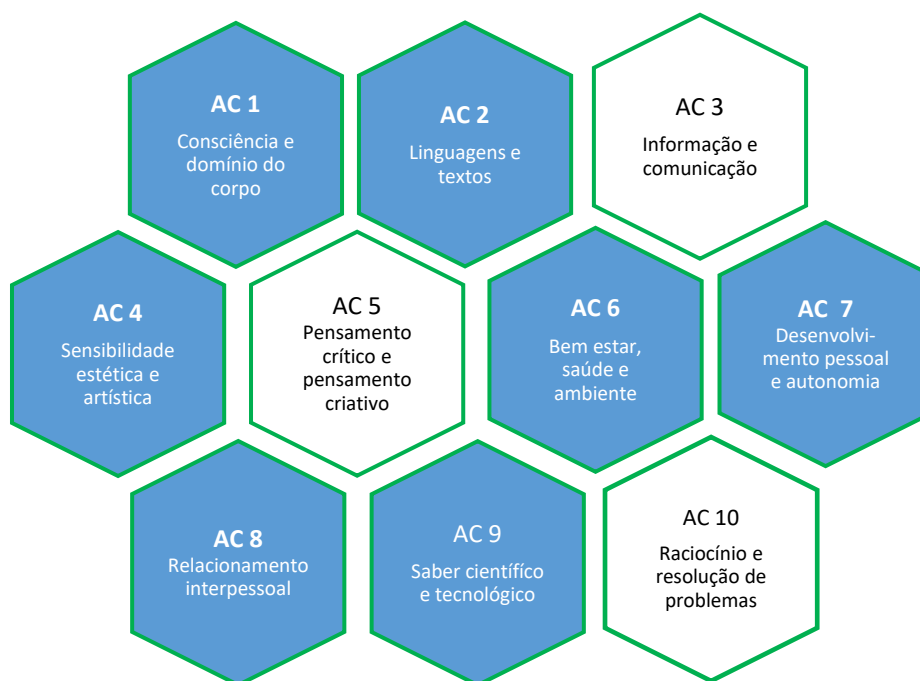
PLANO ESTRATÉGICO



Eixos estratégicos (EE)

ÁREAS DE COMPETÊNCIA A DESENVOLVER

(Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória)



EIXO ESTRATÉGICO 1 (EE 1) – Cidadania.

METAS

- Articular práticas educacionais e atitudinais, em função de valores de cidadania.
- Reforçar a participação na vida escolar dos discentes, pais/encarregados de educação e famílias.

Investir na relação pedagógica, num sentido de corresponsabilização entre todos os agentes educativos, que permita desenvolver nos alunos comportamentos e atitudes adequados à necessidade da promoção de uma relação de ensino e aprendizagem eficiente e de qualidade, é um propósito operativo de valorização da Escola, do Ser e do Saber.

Interiorizar valores e condutas que levem à formação cívica, ética e moral e aumentar a participação e qualidade colaborativa de Pais e Encarregados de Educação na vida do AETSM e, particularmente, em cada uma das suas Escolas, são propósitos que levarão a um trabalho mais partilhado entre toda a comunidade educativa.

Áreas prioritárias de atuação:

- Dinamização de atividades que contribuam para a promoção de comportamentos disciplinares corretos e de participação cívica, por parte do corpo discente;

- Dinamização de atividades que estimulem uma participação mais ativa dos Pais/EE nas iniciativas promovidas pelas várias Escolas do AETSM;
- Desenvolvimento de plataformas de comunicação documental onde docentes, discentes e EE possam tomar conhecimento dos diferentes serviços prestados pelo AETSM e suas atividades;
- Implementação de uma “Escola de Pais”, criando tempos e espaços de debate/auscultação sobre as questões que preocupam os Pais/EE, desenvolvendo competências no relacionamento parental e dinamizando ações de formação.

EIXO ESTRATÉGICO 2 (EE 2) – Ensino e Aprendizagem.
METAS <ul style="list-style-type: none">• Garantir rigor, inovação e exigência nas práticas de ensino e de aprendizagem.• Melhorar os resultados educacionais.

Garantir rigor, inovação e exigência nas práticas de ensino e de aprendizagem é um dos grandes objetivos de todo o processo educativo. Este necessita, como é óbvio, da afetação lógica, legalmente atempada, lógica, racional, de recursos humanos e materiais necessários à melhoria das práticas letivas.

É fundamental promover nos alunos a consciência do seu papel ativo como fator de mudança no processo de aprendizagem. Para isso, é também necessário valorizar a dimensão formativa da avaliação, desenvolvendo a perspetiva de uma aprendizagem assistida pela avaliação, não olhando esta como o princípio matricial (independentemente ou não de qualquer avaliação externa).

Áreas prioritárias de atuação:

- Definição dos conhecimentos essenciais que sustentem aprendizagens significativas, apoiada por mecanismos de coordenação, cooperação e supervisão, que levem à realização sistemática de uma avaliação efetivamente formativa;
- Explicitação dos critérios e dos instrumentos de avaliação;
- A determinação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão serão fundamentais para melhorar os resultados académicos.
- Criação, adaptação, implementação e divulgação de cenários inovadores de ensino e de aprendizagem;
- Coadjuvação/codocência em turmas numerosas ou heterogéneas, nas disciplinas com menor sucesso e/ou sujeitas a provas nacionais;

EIXO ESTRATÉGICO 3 (EE 3) – Inclusão.

METAS

- Desenvolver mecanismos de inclusão.
- Promover oportunidades diferenciadas de sucesso académico e educativo.
- Prevenir o abandono escolar.

Devemos continuar a procurar estratégias facilitadoras do desenvolvimento global do aluno, otimizando meios e recursos que promovam uma mais fácil adaptação e inserção no meio escolar. Devemos prevenir a desistência, o abandono escolar e melhorar comportamentos e sentido de responsabilidade.

Devemos promover a procura de respostas diversificadas e adequadas aos alunos com medidas de apoio à inclusão, baseadas nos princípios dela mesma e na igualdade de oportunidades.

Áreas prioritárias de atuação:

- Identificação atempada e acompanhamento de alunos que se encontrem em situação de risco de abandono;
- Realização de atividades socioeducativas/projetos que visem o incremento da motivação, do gosto pela Escola e pela aquisição de competências, da assertividade e da postura cívica;
- Adequação de processos de ensino e de aprendizagem às necessidades educativas de cada aluno, recorrendo à articulação educativa, à diferenciação pedagógica e à implementação da autonomia e flexibilidade curricular.
- Dinamização de atividades de intervenção para orientação vocacional, destinadas à escolha de percursos escolares.

EIXO ESTRATÉGICO 4 (EE 4) – Cultura identitária

METAS

- Consolidar a identidade institucional e cultural do AETSM.
- Promover a coesão do AETSM.
- Promover uma gestão eficiente da ação educativa, envolvendo todos os intervenientes do processo educativo.
- Promover a formação de docentes e de não docentes.
- Promover a autoavaliação.
- Promover parcerias e projetos com instituições locais, nacionais e internacionais;

Educar implica também possuir uma identidade que, entre outros aspetos, privilegie a comunicação com a comunidade, motivando-a, aumentando a coesão e o espírito de pertença.

A afirmação do AETSM passa também por uma cultura de autoavaliação constante, uma gestão educativa integradora, um desempenho profissional adequado e atualizado.

Os Projetos e as Atividades (locais, nacionais e internacionais) são uma forma mais de afirmação do AETSM no seu território educativo e são também uma forma motivadora para continuar a elevar a qualidade do serviço educativo, através de uma oferta diversificada de experiências conducentes ao desenvolvimento integral dos alunos.

Áreas prioritárias de atuação:

- Promover e valorizar a autoavaliação do sucesso educacional do AETSM;
- A valorização de saberes comunitários e a partilha de conhecimentos e projetos;
- Trabalhar a imagem e a comunicação, nomeadamente através da publicitação nos meios de comunicação, de atividades/eventos relevantes na vida do AETSM;
 - Conceção e organização do Plano Anual de Atividades e Formação, tendo em conta a relevância do seu contributo para o sucesso educacional e para a formação integral da personalidade dos alunos/jovens;
 - Continuação (e criação) de Projetos com relevância para o enriquecimento do AETSM;
 - Incentivo à cooperação e à participação das famílias nos vários projetos/atividades concebidos e/ou participados pelo AETSM;
 - Promover parcerias e projetos com instituições locais, nacionais e internacionais.

3. Implementação do PEA

3.1. Autonomia e Flexibilidade Curricular

É um modelo que se deseja implementar e que se assume como potenciador de novas práticas pedagógicas, de novas metodologias, de (novas) vontades de colaboração dentro da organização escolar.

A Autonomia e Flexibilização Curricular, enquanto instrumento para explorar formas diferentes de organizar os currículos escolares possibilita o trabalho de diferenciação pedagógica, de natureza interdisciplinar, a concretização de projetos, valorizando as escolas e os professores, enquanto agentes de desenvolvimento curricular e garante das melhores aprendizagens para todos os alunos.

As Aprendizagens Essenciais para cada disciplina, como a primeira pedra para a articulação entre o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e os currículos, supõem um trabalho de atualização e articulação dos programas, constituindo-se como principal referencial no desenvolvimento do currículo.

O Perfil estabelece uma visão de escola e um compromisso da Escola que assenta numa educação de matriz humanista que se quer inclusiva e integral.

O trabalho que este **PEA** tem pela frente é o de definir em que grau e de que forma vai ser agente ativo nesta mudança, uma vez que são dadas à Escola instrumentos para as aprendizagens significativas. Reforça-se: um desses instrumentos é o Perfil que assenta numa ideia de formação integral do indivíduo, num entendimento alargado e flexível do currículo, onde os conhecimentos (constantes das aprendizagens essenciais e de todos os projetos de enriquecimento curricular) só se consideram adquiridos se se imbricarem em competências e estiverem disponíveis para a ação.

Mas, se este é um currículo prescrito, o que importa é o currículo implementado, ou seja, aquele que efetivamente vai enformar o **PEA**: nesta gestão do currículo, o papel formativo da avaliação e da monitorização ganha um particular relevo, na medida em que deve dar aos alunos, professores e famílias a informação necessária para que todos os alunos consigam alcançar o pleno desenvolvimento das suas potencialidades, traduzindo o tradicional processo de ensino-aprendizagem num processo inovador de ensino-avaliação-aprendizagem, em que a avaliação é entendida como um processo pedagógico, cujo principal objetivo é ajudar os alunos a aprender melhor (avaliação pedagógica orientada para a melhoria).

Poderá ser redundante lembrar, mas é fundamental a importância legislativa dos Decretos-Lei n.ºs 54/2018 e 55/2018, de 6 de julho.

3.1.1. Opções curriculares

A implementação da Autonomia e Flexibilidade Curricular necessita/exige que a comunidade educativa domine os documentos orientadores referentes a finalidades, princípios e instrumentos de gestão curricular. A partir daí, é preciso planear, gerir as matrizes e as alternâncias entre aulas reconhecidas como disciplinares e paragens para trabalhos de projeto.

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e, conseqüente e logicamente, os estádios em que os alunos/turmas se encontram (leia-se ano de escolaridade numa perspetiva de continuidade e sequencialidade), devem fazer ponderar e buscar as prioridades aquando do planeamento curricular.

Várias podem ser as formas de concretização das opções curriculares: da alteração de currículo a novas formas de trabalho e de gestão do tempo. Também várias podem ser as prioridades e estas devem ser apresentadas após análise cuidada das características e necessidades das turmas: valorização de áreas, desenvolvimento de competências, atividades de cidadania ativa, trabalhos de projeto, promoção de atividades comunicativas...

Uma lembrança: *“neste âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular, as escolas podem gerir até 25% da carga horária semanal inscrita nas matrizes curriculares-base, por ano de escolaridade, entendendo-se por matriz curricular-base o conjunto de componentes de componentes disciplinares do currículo e disciplinas que integram os planos curriculares de âmbito nacional por ciclo e ano de escolaridade (...), bem como a carga horária prevista para cada um deles (...).*

O que isto quer dizer, é que cada escola pode e deve analisar o seu contexto e, depois, integrar estratégias diversas, entre elas todas ou algumas das que a seguir são mencionadas.

Antes, contudo, a flexibilidade ao nível da gestão do tempo de trabalho dos corpos docente e discente deve ser tomada em conta pelos órgãos diretivos, de forma a permitir a gestão contextualizada do currículo (desdobramento de turmas, rotações de horários, organização trimestral ou semestral de algumas disciplinas, integração de projetos em horários semanais, rotatividades...).

3.2. Processos de implementação

3.2.1. Plano Curricular de Turma (PCT)

Tendo como referencial o Projeto Educativo, o Plano Curricular de Turma, documento dinâmico, deve constituir-se como um instrumento que congregue o planeamento curricular de cada turma. Nele deve estar

plasmado o percurso pedagógico da turma, visando corresponder às especificidades da turma e permitindo as articulações horizontal e vertical.

A relevância deve ser dada a uma tríade de dimensões relativas à gestão curricular: a planificação, a concretização e a avaliação das aprendizagens.

O percurso pedagógico de cada turma deve ser balizado pelas opções curriculares e pelo impacto delas mesmas.

O Plano Curricular de Turma deve ter uma construção colaborativa, tem que evidenciar claramente uma visão interdisciplinar do currículo e, não menos importante, deve ter em consideração as linhas orientadoras do **PEA**, as especificidades curriculares e o perfil da turma.

A documentação legal aponta até para a existência de etapas na construção do **PCT** (identificação, definição, seleção), bem como uma estrutura simplificada (identificação, caracterização, plano de ação, avaliação).

3.2.2. Domínios de Autonomia Curricular (DAC)

O cerne está no trabalho interdisciplinar e na articulação curricular, tendo como base a matriz curricular da oferta educativa e formativa. Sinteticamente, os **DAC** são resultados da gestão do exercício de autonomia e flexibilidade.

Eles devem ser o resultado de reflexão coletiva, preferencialmente no Conselho de Turma, sobre: que Projeto(s)? Que finalidades? Que competências a desenvolver? Que conteúdos curriculares confluentes? Que áreas de articulação curricular? Que recursos congregar? Como avaliar?

Os **DAC** devem ser regidos por princípios de flexibilidade, convergência, maleabilidade, mobilização, envolvimento e desafio, tendo como referencial os documentos legais mais recentes, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 26 de julho, no seu artigo 3.º.

Os **DAC** visam capacitar os alunos para responder a questões com que são confrontados e as atividades a desenvolver devem ser desafiantes e significativas.

Este **PEA** sugere uma metodologia de Projeto:

1. Que finalidades?
2. Que competências a desenvolver?
3. Que conteúdos?
4. Que confluências curriculares?
5. Que atividades?
6. Quem, como e quando?
7. Que adequações às *Aprendizagens Essenciais* e ao *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*?

3.2.3. Oferta de novas disciplinas

Estando prevista na legislação (Decreto-Lei n.º55/2018, de 6 de julho), esta possível oferta deve contextualizar o conhecimento, assegurando aprendizagens eficazes, consistentes e previamente selecionadas consoante prioridades delineadas, de acordo com as Opções Curriculares.

Tem aqui um papel fundamental a análise das grandes linhas orientadoras do **PEA**, dos Eixos Estratégicos e Áreas de Competências apontados.

3.2.4. Articulação Curricular e Prática Pedagógica

Deve ser vista como um recurso e um instrumento e, fundamentalmente, como a operacionalização das diversas etapas da implementação da Autonomia e Flexibilidade Curricular.

A legislação em vigor permite e legitima, de forma partilhada, a diversidade da estruturação de práticas de lecionação que, por si próprias, implicam formas diferentes de receção de conhecimentos aprendizagens e avaliações.

Para este desiderato ser plenamente atingido, ainda que em fases graduais, terão que continuar a trabalhar equipas multidisciplinares, com a possibilidade/necessidade de criação de novos conceitos de coordenação, novos intervenientes e novos e incentivos às relações de planificação.

Em todo este modelo, ou seja, na implementação da Autonomia e da Flexibilidade Curricular, todos os órgãos pedagógicos, desde os intermédios ao Conselho Pedagógico são fulcrais e determinantes para as execuções desejáveis.

3.2.5. Plano Anual de Atividades e Formação, Projetos e Clubes

As propostas devem ser adequadas aos documentos orientadores e às necessidades apontadas pelo **PEA**.

4. Plano de Comunicação

A comunicação leva à partilha.

O Plano de Comunicação deve contribuir para mostrar a Visão, a Missão, os Valores do **AETSM**.

Tudo se reflete no **PEA**.

A comunicação é essencial: para além de criar um quadro de referência e de consolidação identitária e autónoma, deve permitir uma ligação estreita entre emissor e recetor, num esquema de *feedback*, envolvimento e comprometimento. Por isso, para ser eficaz, o plano de comunicação deve estar ligado à cultura do AETSM e refletir a sua dinâmica e capacidade empreendedora.

A comunicação deve ter duas vertentes complementares: a interna e a externa. Se, internamente, é fundamental a comunhão de objetivos, o abraçar do Projeto, externamente, permitirá também o envolvimento das comunidades, estimulando a interação e o diálogo.

O presente PEA, após aprovação pelos órgãos competentes, deverá ser divulgado a todos os membros da comunidade educativa, no início de cada ano letivo, nomeadamente através de uma sessão aberta à comunidade.

A estratégia de divulgação deverá ser realizada nas vertentes quantitativa e qualitativa, de forma contínua também no final de cada ano letivo e no final de vigência deste **PEA**.

5. AVALIAÇÃO

Pensar o desenvolvimento e medir o progresso tem muitas condicionantes. Criar um índice é uma medida muito imperfeita para captar o conceito de desenvolvimento escolar, educacional e humano.

A desigualdade de bases (leia-se pontos de partida, *backgrounds*, familiares e sociais), a desigualdade que penaliza as escolas em ambientes mais carenciados, levam a desigualdades que se multiplicam exponencialmente. Por isso são importantes os indicadores da unidade orgânica.

Também indicadores universais como o rendimento e a educação afetam, a médio e longo prazo, mas também no imediato. O que um índice deve medir é a evolução.

Sendo este **PEA** um documento que se pretende dinâmico, deverá ser a sua prática o motor da sua própria revisão.

Cabe aos órgãos legais previstos a responsabilidade de avaliar a atividade do **AETSM**, sugerindo-se a criação, para o efeito, de uma equipa indigitada e diversificada.

O que nos deve preocupar é não deixar ficar ninguém para trás, esbater vulnerabilidades para evitar desigualdades.

Este **PEA** prevê e pressupõe os seguintes aspetos de programa e de execução da sua própria avaliação:

- Vertentes qualitativa e quantitativa.
- Forma contínua e periódica no final de cada ano letivo e no final da vigência.
- Objetivos:
 - ✓ Compreender os progressos;
 - ✓ Compreender os obstáculos;
 - ✓ Perspetivar os aperfeiçoamentos teórico e prático.
- Responsabilidade:
 - Equipa multidisciplinar, “**Equipa de Avaliação do PEA**”, representativa da comunidade educativa, nomeada e coordenada pelo Órgão Executivo.
 - A esta “**Equipa de Avaliação do PEA**” caberá:
 1. Recolher informação variada e significativa;
 2. Medir o grau de concretização das Metas, em avaliações intermédias;
 3. Organizar um Processo de Monitorização (avaliação/regulação de carácter descritivo, qualitativo, sistemático, contínuo, para melhorar a eficácia e permitir fornecer indicadores para “futuras remodelações”);
 4. Produzir um documento final de análise sob critérios predefinidos (exs: Relevância, Coerência; Eficácia; Impacto; Eficiência).

Bibliografia

Cohen, Ana Cláudia; Fradique, José (2018). *Guia da Autonomia e Flexibilidade Curricular* (1.ª edição), Raiz Editora.

Consultas avulsas de exemplos de estrutura de variadíssimos Projetos Educativos de Agrupamentos de Escolas.

Documentos legais em vigor ao momento da apresentação, para aprovação desta proposta de documento, Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas *Trigal de Santa Maria* (2019-2022);

Legislação em vigor à data de aprovação.

Projetos Educativos do AETSM (anteriores).

Participações diversas, formais e informais, pessoais e representantes de estruturas.

Vieira, José Miguel (2019). Documentos pessoais.